

A EDUCAÇÃO COMO (IM)POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA E HUMANIDADE CONTRA A BARBÁRIE

Luciano Campos de Amaral¹

Rosaura Vargas Virgens²

Ricardo Lira de Rezende Neves³

RESUMO

Este ensaio teórico tem o objetivo de refletir sobre a questão da educação e do processo avaliativo no sistema educacional brasileiro, produzindo um diálogo entre a educação e a barbárie, a partir das ideias do clássico autor Adorno. Em suas reflexões, Adorno parte da ideia de que todos os sujeitos deveriam ser contra a barbárie, pois sujeitos educados teriam mais consciência e não participariam em atos de barbárie. Adorno, ao analisar o processo de educação na Alemanha em que a barbárie ficou mais evidente questiona o processo de educação nesse país, sem deixar de analisar processos educacionais em outros lugares, e faz as seguintes perguntas: qual seria a melhor forma de superar a barbárie? O processo de desbarbarização seria alcançado algum dia? Suas respostas indicam que o sistema educacional inaugura o processo formativo na infância por meio da aprendizagem da delicadeza, da diferenciação, da intelectualização e da espiritualidade.

Palavras-chave: Educação; Barbárie; Regressão à violência física; Desbarbarização.

EDUCATION AS A (IM)POSSIBILITY OF RESISTANCE AND HUMANITY AGAINST BARBARITY

ABSTRACT

This theoretical essay aims to reflect on the issue of education and the evaluation process in the Brazilian educational system, producing a dialogue between education and barbarism, based on the ideas of the classic author Adorno. In his reflections, Adorno starts from the idea that all subjects should be against barbarism, since educated subjects would have more awareness and would not participate in acts of barbarism. Analyzing the educational process in Germany, where barbarism was most evident, Adorno questions the educational process in that country, while also analyzing educational processes elsewhere, and asks the following questions: what would be the best way to overcome barbarism? Would the process of debarbarization ever be achieved? His answers indicate that the educational system inaugurates the formative process in childhood through the learning of delicacy, differentiation, intellectualization, and spirituality.

Keywords: Education; Barbarism; Regression to physical violence; Debarbarization.

Recebido em 31 de janeiro de 2026. Aprovado em 06 de abril de 2026

¹ Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás - (UEG -Eseffego). Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Salgado de Oliveira. Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás - (FEFD - 2022). Professor efetivo na Educação Pública do Município de Goiânia. lucianocamposdeamaral@gmail.com

² Professora da Rede Estadual de Ensino de Goiânia - SEDUC -GO - mestre em gestão do Patrimônio Cultural. rosaura.virgens@gmail.com

³ Universidade Federal de Goiás. Dr. em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília. Associado 1 na faculdade de Educação Física e Dança da Ufg. Professor do PPGEF. ricardo_neves@ufg.br

INTRODUÇÃO

Adorno (1995b), no início do seu texto “Educação contra a barbárie”, coloca uma série de questões para pensarmos o sistema educacional. Assim, será que a educação é algo decisivo em relação à barbárie⁴? Ou, ainda, será que essa educação emancipatória⁵ poderia conter a barbárie? “O problema que se impõe nesta medida é saber se por meio da educação pode-se transformar algo de decisivo em relação à barbárie?” (Adorno, 1995b, p.154). Continua a indagar: será que a educação poderia minimizar a barbárie ou essa educação em alguns casos poderia enfatizá-la? “Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização⁶ do mais alto desenvolvimento tecnológico⁷, as pessoas se encontram atrasadas de um modo peculiarmente disforme [...]” (Adorno, 1995b, p.154).

Esse autor diz que a barbárie poderia se dar também mediante o nível de desenvolvimento tecnológico de uma civilização em relação a outra. A barbárie não apenas se daria por uma maioria arrasadora da população em não ter condições de experimentar o conceito de civilização, mas também por se encontrar tomada por uma agressividade primitiva, ou seja, a civilização estaria mergulhada em um ódio contra o outro, tomada por um impulso de destruição que de certa forma contribuiria para aumentar ainda mais o perigo de que toda civilização venha a ter características de barbárie.

⁴ A verdadeira barbárie está relacionada ao Estado, ao poder instituído. Entretanto, a barbárie não se dá apenas pela violência física, mas emocional, psicológica, social, ideológica, de gênero, pela política, pela economia e pela educação. (Adorno, 1995b).

⁵ Segundo Adorno (1995b), embora as pessoas não sejam educadas para a emancipação, ou para se emancipar, a escola também não está preparada para possibilitar a emancipação. Devemos compreender que a emancipação é um processo sempre inconcluso de passagem de uma condição de “existência sem liberdade” para outra, na qual os agentes estão livre de falsa consciência e de ilusões objetivas, podendo, com isso, construir a sua cidadania emancipada (Kunz, 2000). Então, o talento, a emancipação de que Adorno (1995b) fala, é que nós não nascemos com ele, mas adquirimos. Quatorze laudos de psicólogos e sociólogos nos dizem que o talento não se encontra previamente configurado nos homens, mas que, em seu desenvolvimento, ele depende do desafio a que cada um de nós é submetido (Adorno, 1995b). Assim, esse conceito de talento é adquirido a partir do desafio a que cada um de nós somos levados. O sujeito é desafiado e, nesse desafio, consegue aprender. Ninguém nasce com talento. O educador, muitas vezes, é quem confere o talento a alguém. Desse modo, podemos observar que, na maioria das nossas famílias, temos uma educação extremamente tradicional, uma educação voltada para a técnica, para a prática e para o fazer. Por outro lado, temos poucas famílias que têm a possibilidade de ter uma educação voltada para a arte, para a música e para a filosofia. Nesse aspecto, alunos que receberam boas influências em casa conseguirão se desenvolver. São famílias nas quais os pais são artistas, engenheiros, professores, entre outros. Nesse sentido, esses alunos que receberam toda uma ajuda e uma carga cultural em sua formação desde criança se sairão melhor em seus estudos. Por outro lado, é muito complicado quando uma criança não tem uma estrutura familiar que possa lhe dar esse suporte em casa. Desse modo, se a criança não tiver um convívio com a leitura em casa, provavelmente ela terá mais dificuldade em aprender, e logo desistirá dos seus estudos. Assim, quando a criança não convive com uma realidade favorável, ela não vai ter o hábito da leitura. Nesse aspecto, essa criança, no máximo, será um leitor de escola, um leitor que tem de resolver uma demanda como o descrito na BNCC.

⁶ Civilização está relacionada a um progresso técnico, à modernidade. Assim, para se chegar a esse ponto, a civilização passou por um saber fazer, o modo de fazer as coisas, cultura imaterial. Nesse sentido, podemos dizer que a civilização é o ato ou efeito de civilizar-se, a possibilidade de constituir a própria vida social, política, econômica e cultural de uma região ou de um país. Podemos dizer que a civilização vai permitindo mudanças até no modo como os indivíduos falam. Por isso, hoje, temos um sem-número de técnicas para basilar o saber e conduzir as crianças às regras do aprender. (Adorno; Horkheimer, 1973).

⁷ Mas, o que é o desenvolvimento tecnológico? Há progresso? O que se deve entender por progresso ou desenvolvimento tecnológico? Para Adorno (1995a), temos apenas o uso “pedante” da palavra progresso e desenvolvimento tecnológico: de que “as coisas vão melhor com o progresso, mas nem sempre melhoram.”

Adorno (1995b) nos mostra que a lógica, ou o que for mais comum, é que todos nós sejamos contra a barbárie. Assim, se a pessoa for educada, esclarecida, equilibrada e livre de agressões, ela teria consciência de não participar de atos de barbárie. Nesse sentido, esse sujeito teria mais condições de se posicionar diante de situações de barbárie, evitando a incivilidade. Contudo, se quisermos compreender melhor como a educação poderia atuar em relação à barbárie, no sentido de evitá-la, seria necessário entendermos melhor o que seja barbárie e de onde ela surge.

Diante dessas reflexões, este ensaio teórico tem o objetivo de refletir sobre a questão da educação e do processo avaliativo no sistema educacional brasileiro, produzindo um diálogo entre a educação e a barbárie, a partir das ideias do clássico autor Adorno. Para fins de organização da exposição das ideias, o texto inicia com o que vem a ser barbárie. Em seguida, relaciona esse conceito com o sistema educacional e, ao final, traz o debate sobre o processo de desbarbarização mediante a educação.

Barbárie

Adorno (1995b) deixa claro que a barbárie não é como muitas autoridades e políticos pensam e entendem o que seja barbárie. Assim, reivindicações legítimas por direitos sociais, entre elas a educação e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, não poderiam ser consideradas como barbáries. A verdadeira barbárie está relacionada ao Estado e ao poder instituído. Por outro lado, a barbárie não se dá apenas pela violência física, mas pela violência psicológica, emocional, cultural, social, ideológica, de gênero, política, econômica e educacional, entre outras. Nesse aspecto, esse autor começa a definir o que ele entende por barbárie:

Bem, parece ser importante definir a barbárie, por mais que me desagrade. Suspeito que a barbárie existe em toda parte em que há uma regressão à violência física primitiva, sem que haja uma vinculação transparente com objetivos racionais na sociedade, onde exista, portanto, a identificação transparente com a erupção da violência física. Por outro lado, em circunstâncias em que a violência conduz inclusive a situações bem constrangedoras em contextos transparentes para a geração de condições humanas mais dignas, a violência não pode sem mais nem menos ser condenada como barbárie (Adorno, 1995b, p.158-159).

O que esse autor quer mostrar é que muitas vezes não fica claro⁸ porque está ocorrendo aquela barbárie, mas que não deixa de ser uma barbárie. Entretanto, não é barbárie a demonstração de força física pelos indivíduos baseados em considerações racionais, ou seja, seria justo que, em determinados momentos, esses sujeitos lutassem por seus direitos sociais, políticos, econômicos, ideológicos e educacionais, ainda que esses conflitos rompessem os limites da legalidade, pois, em geral, são modos de agir politicamente refletidos. Não se trata assim de uma consciência deformada e imediatamente agressiva. Desse modo, é preciso que fique claro que, em algumas manifestações populares, os indivíduos estão a serviço da humanidade⁹. Assim, temos

⁸ Como exemplo, podemos mencionar o holocausto que não teve um motivo claro. Por exemplo, “vamos exterminar os judeus,” ou seja, “vamos exterminar um povo simplesmente porque esse povo é judeus”. Aqui, não temos um motivo claro, e ainda esse fato se repetiu por vários anos na Alemanha. Desse modo, podemos falar que a barbárie aqui alcançou o seu auge. Nesse aspecto, esse mesmo autor coloca que os eventos do holocausto foram bárbaros, pois houve uma regressão à violência física, psicológica, emocional, social, primitiva e de forma racional (Adorno, 1995b).

⁹ Aqui, devemos fazer uma observação. Quando houver uma intervenção exagerada e objetivamente desnecessária da polícia em uma manifestação popular, devemos considerar esse ato como uma barbárie. Por outro lado, observamos que, em muitas manifestações populares, temos um motivo claro, legítimo e pontual, sendo as lutas populares por direitos sociais, como melhores salários, transporte digno, saneamento

atos de barbárie constrangedores que se seguem por motivos ou meios irracionais e racionais para a geração de condições humanas mais dignas.

Por isso, esse mesmo autor mergulhou no processo de educação na Alemanha para questionar: qual seria a melhor forma de superar a barbárie? Por que devemos olhar para o processo de educação na Alemanha? Em primeiro lugar, porque esse autor é alemão e, em segundo lugar, porque foi na Alemanha que a estupidez ficou mais clara. “[...] de qualquer modo na Alemanha aconteceu a mais horrível explosão de barbárie de todos os tempos [...]” (Adorno, 1995b, p.155). Mas também não impede que esse autor fale dos processos educacionais de outros lugares.

Adorno (1995b) deixa clara a sua opção por analisar o ocorrido na Alemanha, e levanta mais uma questão: “[...] poderíamos dizer que se exagerarmos na ênfase à desbarbarização, então contribuimos para evitar a mudança da sociedade”. (Adorno, 1995b, p.156). Sim, pois impediria um desenvolvimento em direção a novas formas de pensar e agir ética e moralmente diante da sociedade e do mundo. Por isso, a importância da paciência, do equilíbrio e da temperança ser uma das regras primordiais para a educação e a cidadania. Nesse sentido, o importante seria determinar conteúdos de desbarbarização em face de muitas exigências ingênuas de tolerância.

Desse modo, devemos dizer não à imposição, não à sobreposição ou à superposição de um sistema político e educacional que se pauta pela não liberdade¹⁰ e pela possibilidade de escolha. Então, precisamos construir uma educação cada vez melhor que torne os indivíduos autodeterminados. Assim, quando falamos sobre uma determinada maneira de educar, precisamos sempre ouvir e conhecer o outro lado. Só podemos falar em desbarbarização quando entendermos ou conhecermos o que seja barbárie. Ao cita Strindberg, Adorno (1995b) reflete sobre a dualidade entre o bem e o mal, questionando como poderíamos amar o bem, se não conhecemos o mal? Como poderíamos aceitar que todo ano a diretiz¹¹ para modulação de professores da Rede

básico, acesso a serviços de saúde mais eficiente e por uma educação de qualidade. Então, não podemos dizer que esses atos são bárbaros, pois essas manifestações não se repetem a todo momento. No entanto, devemos mencionar que aqueles atos violentos, quando praticados pelo poder instituído, devem ser considerados atos de barbárie pela violência física, psicológica, emocional e tantas outras causadas pelo Estado. (Adorno, 1995b).

¹⁰ Para Palafox e Terra (1992), a prática da liberdade deve ser entendida como uma ação concreta, ou seja, ela deve responder à necessidade de aprender e ensinar coletivamente a praticar o exercício do ato da livre escolha, assumindo a responsabilidade crítica das consequências daquilo que se faz e se assume individual e coletivamente. Isso dentro de um processo de aquisição de conhecimento em que devemos, na condição de seres humanos, aprender também a identificar os diferentes níveis de condicionamento social e individual que são promovidos pela nossa condição política, cultural, econômica e biológica, os quais sempre terminam intervindo no processo de formação de nossa personalidade. Sendo assim, os professores devem estar atentos a estas questões mencionadas acima de formação da personalidade dos alunos, tentando evitar a barbárie.

¹¹ A Diretriz para modulação dos professores de área mudou novamente. Se no ano de 2024/25 ainda havia alguns professores conseguindo completar as 30 horas semanais na mesma escola, neste ano de 2026, poucos, ou nenhum, professores de área conseguirão cumprir as 30 horas semanais na mesma escola. Desse modo, para completar a sua carga horária, os professores de área deverão ter de ir para até três escolas diferentes ou serão obrigados a assumir a coordenação de turno. Nesse sentido, essa situação tem piorado as condições de trabalho de todos os professores de área porque tem aumentado o desgaste físico, mental e psicológico deles, visto que têm de se deslocar para várias escolas, aumentando o risco de acidentes de percurso de trabalho; por outro lado, o seu trabalho pedagógico tem triplicado, pois, se antes esses mesmos professores tinham de fazer um diário escolar, agora, com essas mudanças, eles terão de fazer até três diários. Nesse aspecto, temos também um aumento da mais-valia, ou seja, esses professores trabalharão mais, porém, receberão menos. Assim, em vez de fazer concursos públicos, a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia tenta diminuir o déficit de professores encerrando as atividades pedagógicas das escolas que funcionavam no noturno, colocando esses professores de área em até três escolas diferentes, precarizando ainda mais o seu trabalho pedagógico, e permitindo uma redução no seu tempo de estudo, ou

Municipal de Ensino de Goiânia mude sem diálogo? A verdadeira barbárie dar-se-ia em nome da autoridade, em nome dos poderes constituídos e estabelecidos (Adorno, 1995b).

A forma de que a ameaçadora barbárie se reveste atualmente é a de, em nome da autoridade, em nome de poderes estabelecidos, praticarem-se precisamente atos que anunciam, conforme sua própria configuração, a deformidade, o impulso destrutivo e a essência mutilada da maioria das pessoas (Adorno, 1995b, p.158).

O sistema educacional e a barbárie

Adorno (1995b) levanta mais uma problemática quanto à competição em sala de aula e também em todo o sistema educacional que poderia estar gerando jovens para a barbárie. Para Adorno, em qualquer competição, deve-se trabalhar a questão da vitória e da derrota, mas ainda nos alerta de que há uma proposição básica da pedagogia recorrente na Alemanha de que a competição entre as crianças deve ser prestigiada. Contudo, essa competição poderia representar em si mesma um elemento de educação para a barbárie quando não permitimos a reflexão e formas mais flexíveis de pensamentos. “Partilho inteiramente do ponto de vista segundo o qual a competição é um princípio no fundo contrário a uma educação humana” (Adorno, 1995b, p.160).

Entretanto, para ele, em um ensino que se realiza em formas mais humanas, ou seja, que o professor possa trabalhar em sala de aula a questão da vitória e da derrota em que ambas devem fazer parte da vida e da competição dos indivíduos, dito de outro modo, é preciso dizer aos estudantes que se eles não conseguiram se sair bem desta vez, poderão sair bem da próxima vez. Devemos colocar que os jogos educacionais nos trazem bastante experiências porque possibilita trabalhar a disciplina, a colaboração, o companheirismo, o trabalho em equipe, estimulando a criatividade, a estratégia, a liderança, o que favorece o pensamento crítico entre muitas outras possibilidades. Assim, poderemos minimizar a competição e, por outro lado, criar estratégias como o grupo que ganhou poderia ajudar o grupo que perdeu, criando condições para os alunos se tornarem independentes, participativos. Desse modo, com autonomia de pensamento e ações, essas estratégias possibilitariam a formação integral dos indivíduos. Vejamos em suas ideias:

Em minha própria época escolar, lembro que nas chamadas humanidades a competição não desempenhou papel algum. O importante era realizar aquilo que se tinha aprendido; por exemplo refletir acerca das debilidades do que a gente mesmo faz; ou as exigências que colocamos para nós mesmos ou à objetivação daquilo que imaginávamos; trabalhar no sentido de superar representações infantis e infantilismo dos mais diferentes tipos. (Adorno, 1995b, p.161).

Em sua época não havia competições entre as disciplinas. Na verdade, não havia necessidade de competição entre português, matemática, história, geografia, ciências e artes, entre outras disciplinas. Hoje, o sistema educacional com tantas avaliações¹² e as

seja, na preparação das aulas para os alunos, que antes era de 4 horas semanais até 2023, passando para 3 horas de estudo em 2024, e em 2025/26 o estudo passou a ser de 2 horas semanais. Contudo, esses profissionais de área, como também vários pedagogos, em muitos casos, ficam mesmo sem estudo, pois, quando um professor faltar por motivo de doença, esse professor que estaria de estudo é obrigado a entrar em sala de aula para cobrir a falta daquele professor. Então, em vez de colocar o Coordenador Pedagógico para cobrir a falta daquele profissional, visto que esse profissional ganha regência para isso, coloca-se o professor que está de estudo para entrar em sala de aula. (Goiânia, 2025).

¹² É um processo de obtenção de informações integradas a um sistema de trabalho que apresenta finalidades e objetivos predeterminados, visando à definição e execução de procedimentos de mensuração qualitativa

dificuldades de alfabetização poderiam estar gerando barbárie. Poderíamos dizer que a barbárie hoje não é a situação da educação escolar que se traduz por meio de parâmetros avaliativos, ou seja, de atribuir notas às escolas, aos professores e aos alunos por seu desempenho escolar? E isso não tem refletido no fracasso da educação escolar? Em que alunos fazem avaliações sem o mínimo de conhecimento, trazendo sobre si mesmos danos psicológicos, como baixa autoestima, diminuição da autoconfiança, sentimento de culpa, ansiedade, entre outros problemas?

Desse modo, o Governo Federal e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação estão produzindo cotidianamente a barbárie, pois considerando a avaliação/competitividade como mais um instrumento central na educação e um dispositivo para “aumentar a eficácia e eficiência” dos alunos por meio de um processo avaliativo que não leva em consideração a classe social, nível escolar, etnia, sexo, níveis e tipos de inteligência.

Assim, devemos reconhecer que a avaliação hoje está direcionada para identificar os “déficits” dos alunos orientados para o resultado, reproduzindo uma lógica instrumental-tecnicista de caráter conservador, fascista e autoritária manifestada por uma concepção técnica de educação como um mecanismo de distinção entre os melhores e os piores, tomando como referência os erros e acertos encontrados na perspectiva do professor, das Secretarias Municipais de Educação, das Secretarias Estaduais de Educação e do Governo Federal com aplicação de instrumentos como Ideb¹³, Pisa¹⁴, Inaf¹⁵, Saeb¹⁶,

e/ou quantitativa. Nesse aspecto, criamos e estabelecemos critérios de julgamento para a coleta de dados e sua interpretação à luz de referenciais teóricos, tendo em vista a tomada de decisões. Queremos mostrar que se o professor trabalhou “X” conteúdo em sala de aula, é em cima desse “X” conteúdo que ele irá ter um objetivo predeterminado para saber o que ele irá cobrar desse aluno em uma prova, para saber se ele aprendeu ou não o que foi passado para ele (Palafox; Terra, 1998).

¹³ É calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e média de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que tem como função promover estudos, pesquisas e avaliações periódicas sobre o sistema educacional brasileiro. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil e do Saeb (Paraná, 2014).

¹⁴ Programa Internacional de Avaliação de Estudantes é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Trata-se basicamente de uma rede internacional de avaliação de aprendizado e desempenho dos estudantes. É aplicado a cada três anos em estudantes de 15 anos do mundo inteiro pela OCDE. Os resultados culminam em um ranking internacional que classifica o aprendizado de jovens de cada nação. Os últimos resultados do Pisa de 2018 mostram que o Brasil tem um dos 10 piores desempenhos em matemática do mundo (Paraná, 2014).

¹⁵ Indicador de Alfabetismo Funcional faz o retrato do analfabetismo funcional no Brasil desde 2001. De acordo com os resultados, a classe de analfabetismo funcional é dividida em dois grupos: os absolutos, 8%, que não conseguem ler palavras ou frases e números telefônicos, e os rudimentares, 21%, que têm dificuldades para identificar ironias e sarcasmos em textos curtos e realizar operações simples como cálculo de dinheiro. Aplicado a brasileiros entre 15 e 64 anos de idade por meio de teste que analisa a prática de leitura, escrita e cálculo matemático voltada ao cotidiano. Assim, se perguntarmos a nossos alunos o que é ler na escola, possivelmente, eles dirão que é ler em voz alta, sozinho ou em jogral e, em seguida, responder a um questionário em que se localizam e copiam informações do texto, mas não há uma compreensão do que se leu. Fluência não significa compreensão. Aqui, fica claro o quanto a maioria de nossos alunos são copistas, pois eles extraem informações de dentro dos textos como respostas, porém, não compreendem as entrelinhas (Paraná, 2014).

¹⁶ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Avalia alunos do quinto e nono ano do ensino fundamental e do terceiro ano do ensino médio. Devemos mencionar que a Ana, a ANEB e a Prova Brasil compõem o Saeb que, em 2019, foram unificadas para comparar as instituições de ensino e marcam o desempenho dos estudantes. A prova é basicamente constituída por questões de matemática e língua portuguesa de múltipla escolha com cinco alternativas por questões, sendo praticada por alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental (Paraná, 2014).

ANA¹⁷, Prova Brasil¹⁸, Exames Bimestrais¹⁹, Saego Alfa²⁰, Siam²¹, entre muitos outros instrumentos que são índices de peso para medir a aprendizagem dos educandos. Na verdade, esses índices vêm notificar a escola e culpabilizar os professores pelo fracasso da educação escolar em leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático (Paraná, 2014). Entretanto, não é culpabilizar os professores pelo fracasso escolar, mas reconhecer que, nos últimos trinta anos, as políticas públicas apenas conseguiram melhorar o ingresso dos brasileiros na escola, embora ainda se tenha a falta de qualidade na aprendizagem (Paraná, 2014).

De acordo com os dados do MEC, cerca de 700 mil crianças chegam anualmente no 6º ano do ensino fundamental sem estarem alfabetizadas (Brasil, 2013), o que leva a crer que há promoção de uma série para a outra sem aprendizagem. Isso porque os professores têm feito o mapeamento das aprendizagens²² e cursos como do PNAIC, entre

¹⁷ Avaliação Nacional da Alfabetização serve para medir o conhecimento das crianças e ajudar no cumprimento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que estabelece que todas as crianças até 8 anos de idade sejam alfabetizadas. Produz informações sistemáticas sobre as unidades escolares, de forma que cada unidade receba o resultado global. Verifica os índices de alfabetização e letramento dos estudantes (Paraná, 2014).

¹⁸ É uma avaliação educacional que oferece o mais completo e detalhado retrato da qualidade educacional nas redes públicas de ensino do Brasil. Avalia duas competências dos alunos: a leitura e a interpretação de textos (língua portuguesa) e a resolução de problemas matemáticos (matemática). Essa avaliação fornece resultados por escolas, municípios, estados e país. Seus resultados compõem o Ideb (Paraná, 2014).

¹⁹ Avaliação elaborada pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia avalia basicamente duas competências: língua portuguesa e resolução de problemas matemáticos.

²⁰ Saego Alfa é um programa de alfabetização criado em 2011 que tem como objetivo medir a fluência dos alunos do ensino fundamental. Esse programa está dentro do Projeto Alfabetização em Foco, que, por sua vez, é uma parceria do Estado de Goiás com os municípios. O Projeto Alfabetização em Foco é um projeto que vem compor o Projeto Alfamais Goiás, baseado na BNCC, que abarca duas competências básicas, língua portuguesa e matemática. Estes projetos têm como objetivo medir o índice de qualidade do ensino nos municípios. A prova para medir essa qualidade do ensino era aplicada de dois em dois anos, mas agora passou a ser aplicada de ano em ano. Esta prova avalia o conhecimento dos alunos em língua portuguesa e matemática do 2º ano, 5º ano, 9º ano e da 3ª série do ensino médio. Para isso, o Governo Federal lançou o projeto “Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada” (CNCA) por meio do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, em que se espera que as crianças sejam alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental. Contudo, esquecem que as nossas crianças não são iguais, que elas possuem níveis e tipos de inteligências, classe social, etnia, entre outros aspectos, que as tornam diferentes. Quem elabora as provas do Saego Alfa é o Caed, um programa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assim, fica por conta do Caed corrigir e pagar os aplicadores. (Goiás, 2021).

²¹ O Siam é um programa do Estado de Goiás que faz parte do programa Alfamais Goiás. Nessa avaliação, a escola que atingir a meta recebe verbas para estruturar melhor a escola, para que a alfabetização fique cada vez melhor. E as escolas que não conseguirem atingir a meta passam a ser consideradas escolas fomentadas, uma discriminação social, política e ideológica. Além de não receber verbas para estruturar a escola e comprar material pedagógico para os alunos, a Secretaria Municipal de Educação vem com os seus Apoios Pedagógicos para dentro das escolas para verificar *in loco* os planos de aula dos professores e o que eles estão ministrando aos alunos, como se a culpa fosse deles. Este programa também está baseado na BNCC e avalia os alunos desde a educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental em língua portuguesa e matemática. A elaboração dessas provas também fica por conta do Caed. (Goiás, 2021).

²² Mapear as aprendizagens é constatar se os alunos compreendem: textos, se interpretam, se estão silabando. Como estão na leitura: é fluente, sim, não? Na escrita: aglutina? Omite? Na argumentação: faz paragrafação? É letrado? Alfabetizado? Analfabeto funcional? Copista? Na verdade, o mapeamento procura provar o que o aluno sabe e o que não sabe. Que conhecimentos esse aluno traz consigo, e o que podemos fazer para melhorar a sua aprendizagem, para que esse sujeito avance não só na leitura e na escrita, mas para a vida. Nesse aspecto, feito o diagnóstico, teremos o resultado do mapeamento. Somente assim começaremos as ações pedagógicas para desenvolver a melhoria na leitura, na escrita e no raciocínio lógico-matemático. Mas, ainda assim, estamos presos a um aspecto do avaliar, que é medir o conhecimento. E,

outros, com o compromisso de alfabetizar crianças até, no máximo, 8 anos de idade, ao final do ciclo de alfabetização (Brasil, 2012). Na Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, artigo 5º, fica expresso que os objetivos do Pacto é garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em língua Portuguesa e Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental; reduzindo a distorção idade série na Educação Básica; melhorar o Ideb e contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores (Brasil, 2012b).

Por outro lado, devemos entender também que a educação não se faz apenas com portarias e leis, mas com a presença da família²³. Assim, a LDBEN 9.394/96, no seu artigo 2º, estabelece que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e tem por finalidade o desenvolvimento do educando para o exercício da cidadania. Nesse sentido, a LDBEN 9.394/96, no seu artigo 3º, deixa claro que o profissional de educação também deve ser valorizado na forma da lei com o pagamento do piso salarial²⁴, com profissionais concursados e não contratados por tempo determinado ou premiados com bônus para que não falem ao trabalho, como se professores não pudessem adoecer (Brasil, 1996).

A desbarbarização mediante a educação

O processo de desbarbarização no sistema educacional é tarefa urgente, especialmente porque as exigências que são colocadas hoje extrapolam as representações do que seja a infância e suas necessidades. Para responder, objetivamente, a um sem-número de perguntas numa avaliação em que a maioria dos nossos alunos não entendem, pois ainda não são alfabetizados, existe a necessidade da ludicidade²⁵ na sala de aula.

assim, culpabilizamos os professores, alegando que, diante de tantos instrumentos de avaliação, os mesmos não conseguem identificar o porquê de este aluno não aprender. O resultado do fracasso escolar e do aluno ainda serve para culpabilizar o professor (Rojó, 2004).

²³ Ressaltamos aqui que a estrutura familiar está relacionada com a autoridade. Nesse ponto, o conceito de autoridade é um conceito essencialmente psicossocial, que não significa imediatamente a própria realidade social. Autoridade se relaciona com o processo de socialização na primeira infância que está relacionada com as categorias pedagógicas e psicológicas, o modo pelo qual nos convertemos a um ser autônomo, portanto, emancipado. A partir de pesquisa feita, Adorno (1995b) conclui que as crianças comportadas, quando adultas, tornam-se pessoas autônomas e com opiniões próprias. Crianças refratárias tornam-se adultos que “imitam” os discursos dos seus professores. Nesse aspecto, esse mesmo autor utiliza Freud (2011) para explicar o desenvolvimento normal que a criança tem e sua identificação com a figura do pai, portanto, com uma autoridade, interiorizando-a, apropriando-a, para então ficar sabendo que o pai não corresponde a uma figura paterna, ou seja, que não corresponde ao Eu ideal que aprenderam dele (o pai), e libertando-se dele para se tornar pessoas emancipadas. Assim, o rompimento com autoridade é necessário, porém, a descoberta da identidade não é possível sem o encontro com a autoridade. O que precisamos saber aqui é que, se a criança tiver boas influências em casa, ela conseguirá se desenvolver com mais facilidade na leitura, escrita e no raciocínio lógico-matemático. Contudo, se a criança não tiver uma estrutura familiar que tem o costume de ler com ela em casa, e se ela não conviver com hábitos de leitura, logo, a criança desistirá dos seus estudos porque não adquiriu o hábito de ler, pois esses hábitos não fazem parte de sua realidade. Assim, essa criança no máximo será apenas um leitor de escola.

²⁴ O reajuste do piso dos professores foi de 5,40%. Piso esse que não é respeitado pela maioria das prefeituras. O próprio Estado de Goiás não cumpre com o piso nacional dos professores. Durante seu segundo mandato, em 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu ministro da Educação, Fernando Haddad, sancionou a Lei nº 11.738/2008, que estabeleceu, pela primeira vez na história, o piso salarial nacional para professores de escolas públicas da Educação Básica. O piso nacional dos profissionais do magistério público é o valor mínimo que deve receber os professores em início de carreira e passou a valer para todo o país. O reajuste deste ano fez com que o piso nacional de professores fosse de 5.130,63 para 40 horas, não podendo o professor receber menos do que esse valor. (Brasil, 2026).

²⁵ Brincar com a criança não é perder tempo, é ganhá-lo; é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados, tolhidos e enfileirados em uma sala de aula sem ar, com atividades mecanizadas, exercícios estéreis, sem valor para a formação de homens críticos. Precisamos entender que os jogos na escola nos remetem à ideia da ludicidade e, quando desenvolvida pela criança, tem efeitos na esfera

Nesse aspecto, Adorno (1995b) coloca que o papel da escola seria minimizar a competição dentro da própria pedagogia e da pedagogia dos esportes, mas, ainda hoje, como antes, parece que há uma grande cobrança dos alunos por seu desempenho e isso é visto tanto na educação escolar quanto nos esportes. Considera-se assim a competitividade como um instrumento central na educação, um instrumento para aumentar a eficiência dos alunos, que são as várias avaliações que o sistema de ensino proporciona aos educandos. Não há certezas se essa forma de ensino tem aumentado a eficácia da educação, ou apenas tem mostrado o fracasso do nosso sistema de ensino.

No sistema educacional inglês – por menos que nos agrade o momento de conformismo que ele encerra, o objetivo de se tornar brilhante, o que de fato não é uma boa máxima, e que no fundo é hostil ao espírito – encontra-se na ideia de *fair play* momentos de uma consideração segundo a qual a motivação desregrada da competitividade encerra algo de desumano, e nesta medida há muito sentido em se aproveitar do ideal formativo inglês o ceticismo frente ao saudável desejo do sucesso. (Adorno, 1995b, p.161; grifo do autor).

Adorno (1995b) revela que, mesmo no *fair play*, no jogo limpo, a competição encerra algo de desumano, que são as cotoveladas, as brigas, os palavrões, e isso tem sido reproduzido apenas pelo desejo do sucesso, provocando consequências anímicas equivocadas por meio da competição. Mas é preciso diminuir o peso das formas primitivas de jogo na Educação Física. “Isto levaria a um predomínio do aspecto lúdico no esporte²⁶ frente ao chamado desempenho máximo” (Adorno, 1995b, p.162). Aqui está uma reflexão humana inclusive no âmbito dos exercícios físicos²⁷.

A escola tem o papel apenas de preparar o aluno para uma sociedade e não para uma sociedade competitiva. Logo, a escola precisa dotar as crianças de um modo de se relacionar com as pessoas e com as situações. É preciso pensar nas relações pessoais e interpessoais. Essas relações fazem parte da desbarbarização, mediante uma transformação da situação escolar, numa tematização da relação com os indivíduos com as situações em que proclamamos o fim de valores objetivos, em detrimento da multiplicidade das relações pessoais e interpessoais, possibilitando ao aluno uma melhor

cognitiva, social e moral. A ludicidade aqui descrita está associada à exploração de situações de brincadeiras e jogos, valorizando a criatividade e a espontaneidade da criança, elementos fundamentais para que ocorra a aprendizagem e o desenvolvimento e não apenas quadro e giz, giz e quadro. Para Vygotsky (2007), a criança, no jogo, é como se esforçasse para realizar um salto acima do nível do seu comportamento habitual. Por isso, as brincadeiras de faz-de-conta contribuem para o desenvolvimento das “funções psicológicas superiores”. Daí a importância de o professor de Educação Física acreditar no potencial das crianças e lançar mão de todos os recursos para poder garantir o direito de aprender a todas elas. Para esse autor, a interação com o meio determina a nossa formação pela aprendizagem muito mais do que a aprendizagem pela repetição. É o lúdico que permite o pensamento livre e a associação cognitiva, e não as fases limitantes do desenvolvimento da criança, como descreveu Piaget, ou seja, uma aprendizagem por etapa ou fases. É inegável que os jogos e brincadeiras podem contribuir muito para o processo de alfabetização, não podendo ser ignorados por nenhuma autoridade escolar (Paraná, 2014).

²⁶ O aspecto lúdico na prática esportiva se concretiza numa vivência em que princípios sociais e éticos, como inclusão, cooperação, solidariedade, coeducação dos gêneros; e fisiológicos, como sobrecarga, frequência, individualidade biológica, entre outros, são norteadores da prática esportiva (Kunz, 2000).

²⁷ É uma atividade física planejada, continuada e estruturada, contendo intensidade, duração e frequência. Possui um objetivo externo específico, a melhoria do condicionamento físico e ou da saúde (Caspersen; Powell; Christerson, 1985).

escolha de objetos, em vez da subordinação a objetos preestabelecidos, os inevitáveis cânones educacionais²⁸.

Talvez eu possa voltar mais uma vez a certas questões fundamentais na tentativa de uma desbarbarização mediante a educação. Freud fundamentou de um modo essencialmente psicológico a tendência à barbárie, e nesta medida, sem dúvida acertou na explicação de uma série de momentos, mostrando, por exemplo, que por intermédio da cultura as pessoas continuamente experimentam fracassos, desenvolvendo sentimentos de culpa subjacentes que acabam se traduzindo em agressão. Tudo isto é muito procedente, tem uma ampla divulgação e poderia ser levado em conta pela educação na medida em que ela finalmente levar a sério as conclusões apontadas por Freud, em vez de substituí-las pela pseudo-profundidade de conhecimentos de terceira mão. (Adorno, 1995b, p.162-163).

Adorno (1995b) chama atenção de que a desbarbarização se daria mediante a educação. Contudo, nas palavras de Freud (1978), ainda permanece a tendência à barbárie, pois, por meio da cultura²⁹, as pessoas continuam experimentando fracassos e desenvolvendo sentimento de culpa e com isso acabam traduzindo esses sentimentos em agressões. Tudo isso procede e assim, mesmo com todos esses aspectos, deveriam ser levados a sério pela educação em um processo de desbarbarização.

Entretanto, temos a falência da cultura. “A cultura, que conforme sua própria natureza promete tantas coisas, não cumpriu a sua promessa”. (Adorno, 1995b, p.163). Esse autor coloca que a cultura dividiu os homens em trabalhadores físicos e trabalhadores intelectuais. Ela subtraiu dos homens a confiança em si mesmos e na própria cultura. “E como costuma acontecer nas coisas humanas, a consequência disto foi que a raiva dos homens não se dirigiu contra o não-cumprimento da situação pacífica que se encontra propriamente no conceito de cultura” (Adorno, 1995b, p.163). Assim, essa divisão, em vez de levar os homens a pensarem em questões pacíficas, com a falência da

²⁸ Adorno (1986c), em seu texto *Crítica Cultural e Sociedade*, nos mostra que os críticos eram, sobretudo, fornecedores de informações, eles davam orientações sobre tudo na sociedade, inclusive sobre a educação. Como eram os papéis dos críticos culturais? Eles tinham uma profunda visão, eram agentes de circulação, traziam a marca do saber mesmo quando não faziam o papel de perito e juízes, classificavam, avaliavam e julgavam a educação, e sua agilidade proporcionava posições privilegiadas na sociedade. À medida que habilmente vão ocupando as brechas na educação, e com a exposição na mídia, ganhavam maior influência sobre a educação e com isso alcançam aquela autoridade que, pretensamente, pressupunha. Estamos falando da arrogância, da superioridade, da petulância do crítico cultural, ou seja, do especialista da educação que muitas vezes faz o papel dos propagandistas ou sensores da educação. Esses sujeitos podem fazer uma propaganda boa a respeito da educação, dizendo que a mesma está no caminho certo ou podem fazer uma propaganda ruim sobre educação, penalizando os professores. Nesse aspecto, encontramos os inevitáveis cânones educacionais com os seus inúmeros instrumentos de avaliações externas, como Ideb, Inaf, Prova Brasil, Saeb, Ana, Saego, entre muitas outras avaliações que são índices de peso criado pelo governo federal para medir a aprendizagem do educando. Por outro lado, temos também as várias avaliações internas criadas pelos Estados e Município que ocorrem durante o ano letivo. Assim, ao invés de libertar a educação, esses especialistas do ensino fecham a educação em um ciclo sem fim. Não pensam numa educação libertadora, mas numa educação para a elite, para formação de mãos de obra e para atender ao mercado de trabalho (Kuenzer, 2002). Por isso, hoje, temos uma infinidade de instrumentos avaliativos que acabaram virando uma rotina, em que muitos alunos fazem avaliações sem compreender o que estão fazendo, pois são copistas, extraem informações do texto como respostas, porém, não compreendem as entrelinhas.

²⁹ A cultura está relacionada a um conhecimento prévio. Desse modo, podemos citar, como exemplo, como a humanidade passou por tipos de cultura, ou seja, de uma civilização cristã, medieval até chegarmos à civilização industrial e desta à civilização tecnocrática que nos remete a questões do mercado, do rendimento escolar, da eficiência, do melhor em detrimento do pior (Adorno; Horkheimer, 1973).

cultura e a perpetuação impositiva da barbárie, levou-os à rudeza na medida em que esta está pronta para contemplar o horror e se omitir nos momentos decisivos. Por outro lado, esse mesmo autor frisa que não é somente na guerra, mas também no campo esportivo deve-se evitar a barbárie.

Adorno (1995b) contesta a exposição de Konrad Lorenz acerca das agressões entre os animais, comparando essas agressões com os homens, como uma forma de alívio das tensões, mas isso levaria os homens a um estado de seres naturais, já que os homens são seres culturais. “Ele conclui assim por razões de darwinismo social. Também a mim ele parece extraordinariamente perigoso, porque implica de uma certa maneira reduzir os homens ao estado de seres naturais” (Adorno, 1995b, p.164).

Contudo, Adorno aponta que a educação contra a barbárie é possível. Para ele, o sistema educacional deve levar as pessoas a serem inteiramente tomadas pela aversão à violência física, psicológica, social e emocional, embora, para esse autor, seja difícil não haver violência. Porém, devemos despertar a vergonha nos sujeitos que causaram tal rudeza.

[...] é preciso haver clareza de que até hoje ainda não despertou nas pessoas a vergonha acerca da rudeza existente no princípio da cultura. E que somente quando fomos exitosos no despertar desta vergonha, de maneira que qualquer pessoa se torne incapaz de tolerar brutalidades dos outros, só então será possível falar do resto. (Adorno, 1995b, p.164-165).

Mais uma vez, Adorno (1995b) coloca que é preciso despertar a vergonha nos sujeitos que cometeram tal brutalidade contra outros indivíduos. E o indivíduo que recebeu a rudeza não deve aceitar e tolerar a brutalidade dos outros. Assim, a palavra vergonha se adapta melhor e deve ser trabalhada na fase pré-escolar, na formação do caráter da criança, porque essa palavra conduz a luta contra a barbárie, pois é preciso gerar vergonha em quem cometeu tal agravo. Para esse autor, a fase pré-escolar é o momento em que a criança está formando a sua personalidade. Sendo assim, essa agressividade, em certo sentido, seria até normal. No fundo, o importante é deixar as agressões se expressarem nesta idade, mas ao mesmo tempo iniciar a sua elaboração. A desbarbarização ocorreria pela “[...] renúncia ao comportamento autoritário e à formação de um superego rigoroso, estável e ao mesmo tempo exteriorizado.” (Adorno, 1995b, p.166).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste ensaio foi a de refletir sobre a questão da educação e do processo avaliativo no sistema educacional brasileiro, produzindo um diálogo entre a educação e a barbárie, a partir das ideias do clássico autor Adorno. Para isso, dialogamos, especialmente quanto ao tema da avaliação, sobre os marcos legais do sistema educacional brasileiro, sob o olhar da competição, da eficiência e da eficácia. Também dialogamos com o debate teórico sobre o processo de desbarbarização mediante a educação.

Considerando o debate colocado anteriormente, em síntese, Adorno aposta na desbarbarização na primeira infância que constitui um dos pressupostos mais importantes do sistema educacional. No entanto, alertamos que a educação também deve lidar com os adultos (pais/professores/gestores/coordenadores) que têm uma cultura bárbara e são tão bárbaros como o é esta cultura. Deve-se valorizar a primeira infância para o processo de desbarbarização ter êxito, porém, esse processo é lento e longo, mas que, para esse autor, algumas correções não são bárbaras, mas precisam ser feitas pela manifestação da autoridade.

Enfim, a desbarbarização começa com uma punição, mas não uma punição cega que se origina do princípio da violência, mas consciente, transparente, inclusive, para a própria criança, mostrando os seus erros e contribuindo para a desbarbarização. Contudo, não se pode exagerar nessa orientação, mas também não se pode deixar a criança sem nenhuma correção, ou ensinamento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Palavras e Sinais: modelos críticos 2**. Tradução: Maria Helena Ruschel; Supervisão: Álvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 1995a.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995b.

ADORNO, Theodor W. Crítica Cultural e Sociedade. In: COHN, Gabriel (org.). **Theodor W. Adorno: grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1986. p. 76 -91.

ADORNO, Theodor W.; HORKEIMER, Max. A Indústria Cultural: o esclarecimento como mitificação das massas. In: _____. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 113-156.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF, DF: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 82, de 29 de janeiro de 2026**. Divulga o valor do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica para o exercício de 2026; Brasília, DF: Diário Oficial da União, 30 jan. 2026.

BRASIL. **Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012**. Institui o Pacto Nacional Pela Alfabetização da Idade Certa e as Ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Brasília, DF: MEC, 2012a.

BRASIL. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília, DF: MEC, 2012b.

BRASIL. **Reunião com os coordenadores do PNAIC**. Brasília, DF: MEC, 2013.

CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E.; CHRISTERSON, G. M. Physical Activity, Exercise and Physical Fitness: Definitions and Distinctions for Health-Related Research. **Public Health Reports**, v. 100, n. 2, p. 126-131, 1985.

FREUD, Sigmund. **Cinco lições de Psicanálise**: A história do movimento psicanalítico, O futuro de uma ilusão; O mal-estar na civilização; Esboço de psicanálise. Seleção de

Textos: Jayme Salomão. Tradução: Durval Marcondes *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos (1920-1923)**. Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas, v. 15).

GOIÂNIA. **Diretrizes de Modulação dos Profissionais da Rede Municipal de Educação de Goiânia para o ano de 2025**. Goiânia: SME, 2025.

GOIÁS. **Conheça o Programa ALFAMAIS GOIÁS**. Goiânia: Seduc, 2021. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/leis-alfamais/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, W. Theodor. **Temas básicos da Sociologia**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1973.

KUENZER, Acácia Z. Formação profissional e competência. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, 2002, Caxambu. **Anais [...]**. São Paulo: RBE, 2002.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2000.

NHARY, Tânia Maria Costa. **O que está em jogo no jogo: cultura, imagens e simbolismo na formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PALAFOX, H.; MUÑOZ, G. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 1, n. 1, jan./jun. 1998.

PARANÁ. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional, 2014.

ROJO, Roxane. **Letramento e capacidades de leitura para a cidadania**. São Paulo: SEE/CENP, 2004. (Texto apresentado em Congresso realizado em maio de 2004).

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.